

PREVENÇÃO DE UNIÕES FORÇADAS

Sociedade civil empenhada na divulgação da lei

AS organizações da sociedade civil pretendem trabalhar com o Governo na divulgação da lei contra as uniões forçadas, recentemente aprovada pela Assembleia da República.

A intenção foi expressa ontem, em Maputo, numa conferência de imprensa na qual a Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP), Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), Fórum Mulher,

entre outras organizações, enalteceram a alteração da idade mínima para o casamento, que passa a ser de 18 anos, contra os anteriores 16, para além da punição exemplar dos promotores das uniões forçadas.

Entretanto, entendem que a lei por si só não elimina as uniões prematuras, sendo necessário sensibilizar as comunidades. Benilde Nhalevilo, da CECAP, afirmou que o desafio é implementar

cada um dos imperativos da lei.

“Acreditamos que a punição dos que contribuem para casamentos prematuros, quer seja a família da rapariga quer os próprios funcionários que verificam os requisitos para a celebração do matrimónio, possa prevenir este mal”, disse.

As ONG entendem ainda que, para o alcance dos objectivos propostos nesta fase, é importante aliar-se ao Ministério

da Educação e Desenvolvimento Humano, com vista a garantir a retenção das raparigas nas escolas, local onde vão ter acesso à informação.

“Queremos incluir os líderes comunitários e religiosos, as rádios locais, a fim de que a mensagem seja disseminada nas línguas nacionais e chegue a todos os moçambicanos”, indicou Zélia Menete, da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC).

Notícias - Nacional; 30.07.2019; Pág.06; ed 30.757